

## Introdução

### Vida em Obra

“Não há classificação do universo que não seja arbitrária e conjectural”

Jorge Luis Borges

Na história da filosofia temos por hábito reconhecer um filósofo por um tema central concernente ao seu pensamento. Assim, identificamos Platão com sua teoria das idéias, Descartes ao *cogito*, Hegel com o processo que leva ao absoluto, Kant e seu idealismo transcendental. Ou então os contextualizamos em uma doutrina que, às vezes, até a revelia dos pensadores, acaba por defini-los. Nesse caso temos Sartre um existencialista, Hume empirista, Schopenhauer um pessimista. E mesmo que os filósofos versem por outros assuntos, é sempre em referência ao tema central ou a sua escola de pensamento que os reconhecemos.

Encontrar um termo que abranja a obra de Foucault parece tarefa impossível, principalmente se considerarmos a divisão costumeira feita em seu pensamento. É apontado como arqueólogo em sua “primeira fase”, quando estudou as relações entre as histórias, operando sobre o conceito de *epistème* – conceito este que, aliás, o levou a ser considerado um estruturalista, o que o próprio Foucault negou veementemente: “ignoro o estruturalismo e ele não me interessa” (CASTRO, 2009, p. 152). Quando atuou sobre a analítica do poder, acentuando que a individualidade é forjada e condicionada pelos mecanismos de poder que compõem a vida social, ficou caracterizada sua fase da genealogia. Por fim, no momento em que se ocupou da constituição moral do sujeito, ficou instaurada o que se chama de sua fase ética.

E assim nos encontramos diante de um Foucault que muitos ensaios de literatura crítica, depois, acabaram por construir: não um autor, mas três, ou até mesmo quatro – cada qual com seu próprio quadro de referência e de pertença, seus campos de interesse e seus eventuais empréstimos, sua terminologia específica e suas aporias (REVEL, 2004, p. 66).

Muitos veem nessa repartição verdadeiras rupturas de um momento para o outro e, logo, uma incoerência em seu pensamento, desqualificando-o enquanto obra e recusando-lhe até o nome de filosofia. Ora, a obra de Foucault é objeto de múltiplas interpretações e numerosos comentários dentro de uma vasta gama de campos disciplinares: psicanálise, sociologia, crítica literária, psicologia, ciências políticas, pedagogia, etc. Tal diversidade de usos reflete a diversidade da própria obra, não sua falta de coerência. Ou, ainda, a descontinuidade ou pluralidade não elimina a possibilidade de unidade, não invalida a dignidade da obra.

Poderíamos situá-lo na esteira de Nietzsche em que o tema da descontinuidade é tão pertinente. Tal descontinuidade se justifica por meio da singularidade dos acontecimentos ante a grandiosidade da História, o que, para um “diagnosticador do presente” – como Foucault gostava de declarar-se – só pode levar a uma variedade de temas ou campos de pesquisa. A totalidade maciça da História deixa escapar “a narrativa dos acidentes, dos desvios e das bifurcações, dos retornos, dos acasos e dos erros” (REVEL, 2004, p.68).

A pluralidade da obra foucaultiana também é notória em seus escritos: conferências, artigos, introduções, entrevistas, prefácios a obras de terceiros, artigos de jornal, enfim, textos periféricos que se encontram atualmente reunidos nos encorpados volumes dos *Dits et Ecrits*. Tais textos operam como campo de análise, ou experimentação de ideias, elaboração de conceitos que depois figurariam ou não em seus livros. A descontinuidade parece imperativa nesse laboratório, “porque é o descontínuo que é a caução da mobilidade do pensamento e de sua exigência” (REVEL, 2004, p. 72).

Parece válido ressaltar o caráter autobiográfico do pensamento foucaultiano, pois os momentos vivenciados funcionaram como “detonadores” de pensamento: sua estada em um hospital psiquiátrico, o GIP e a revolução iraniana, a questão da homossexualidade, por ele mesmo: “cada um de meus livros representa uma parte de minha história [...] me foi dada a chance de experimentar, de viver essas coisas” (FOUCAULT, 1994, p.779).

Assim, o primeiro período do pensamento foucaultiano é usualmente dito como arqueológico. Ele abrange as obras dos anos 1960, partindo da publicação de sua tese sobre a loucura até sua nomeação como professor do Collège de

France, em 1970. A designação de “arqueologia” vem de encontro à tradicional concepção de “história dos saberes”.

Enquanto a história clássica das ciências parte dos fundamentos das verdades positivas contemporâneas buscando, numa interpretação retrospectiva, descrever o movimento progressivo de descoberta dessas verdades fundamentais, o método foucaultiano procura as formações arqueológicas que sustentam a articulação singular entre as palavras e as coisas em cada época.

A arqueologia descreve as condições de existência e de realidade do saber. O interesse não é a verdade ou falsidade de determinado saber, mas sim interrogar a constituição do homem enquanto objeto de saber, fazer a arqueologia dos discursos de verdade sobre o homem. É na emergência dos acontecimentos que Foucault traça suas investigações: a conjuntura da dicotomia razão/desrazão na época clássica, a necessidade de um discurso coerente nas ciências humanas, os casos de singularidades absolutas como Herculine Barbin ou Pierre Rivière. Mas as singularidades extremas dos casos não permitem uma reconciliação, elas impossibilitam qualquer interseção. Foucault se vê, no fim dos anos 1960, diante de um impasse; desejando renunciar a antropologia, trabalhando sobre uma história descontínua e vislumbrando a possibilidade de descrever uma história sem sujeitos:

Os “casos” literários são sem dúvida eventos singulares, ou seja, extraordinários; mas são também, mais banalmente – e sem dúvida mais tragicamente -, “casos” individuais sem recomposição possível, isto é, fragmentos de solidão. Essa impossibilidade de sair da dimensão individual é de tal modo visível que Foucault acaba por se ocupar, bem no fim dos anos 1960, de “casos” que cruzam a literatura com a esquizofrenia: ora, no campo da escrita psicótica, a impossibilidade da unidade com o exterior é redobrada por uma impossibilidade ainda mais profunda, que é a desagregação interna do eu falante. Faz eco à solidão da fala a cisão íntima do sujeito: a descontinuidade e a dispersão atingiram o patológico. (REVEL, 2004, p. 77).

Dois fatos marcam, no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, a reviravolta na pesquisa foucaultiana. O primeiro é a publicação sequencial de *Lógica do Sentido* e de *Diferença e Repetição*, ambos livros de Gilles Deleuze. A novidade teórica desses livros é a busca em articular a singularidade e a pluralidade, a descontinuidade e a unidade, garantindo, assim, à diferença um estatuto próprio que não se paute mais pela derivação do outro enquanto parte do

mesmo. Pensa-se a diferença em si mesma e não mais na dependência dos padrões de identidade, pois dizer que o diferente é o negativo ou o oposto só é possível na submissão deste ao idêntico.

O segundo fato, de natureza extremamente diferente do primeiro, e de caráter profundamente mais marcante, é a participação de Foucault no Grupo de Informação sobre as Prisões (GIP). Essa experiência mostrou-lhe que aquilo que produz a distribuição das singularidades, dos casos isolados, é justamente a prática de resistência. Por escaparem à linearidade e à normatividade da ordem estabelecida, as subjetividades da diferença são produzidas nessa prática comum. “O comum tem de diferente em relação ao consenso o fato de não se tratar de um fundamento dado: ele é uma produção” (REVEL, 2004, p. 84).

Aqui se instaura o segundo período intelectual de nosso autor, usualmente denominado genealógico e caracterizado por um engajamento nas lutas políticas. Nesse momento, Foucault busca revelar as matrizes do discurso verdadeiro nos dispositivos de poder. A relação do sujeito com a verdade é uma relação de poder vinculada à exterioridade da história, e tem como suporte as práticas e os interesses sociais. O conhecimento adquirido na vivência do GIP possibilitou a Foucault sair da ordem puramente discursiva e reformular suas questões, pois “são a prática e o engajamento na atualidade que geram, ao mesmo tempo, a problematização filosófica e o instrumental conceitual que decorre disso” (REVEL, 2004, p. 84). Observa, então, que o poder é relação de forças. E como relação, está em todas as partes, o indivíduo está “atravessado” por relações de poder, não podendo ser considerado independente delas. O poder não somente reprime, mas também produz efeitos de saber e de verdade, constituindo-na, assim como à práticas e subjetividades.

As técnicas de verdade e de poder assujeitam: elas formam e transformam os indivíduos. Assim, o sujeito de direito das teorias jurídicas e o homem comum das ciências humanas podem ser pensados como produções desse poder disciplinar que estrutura as práticas, impõe a docilidade e a regularidade, normatiza as condutas. Aqui nos deparamos com Foucault novamente diante de um impasse, mas, dessa vez, outro, pois a amálgama do poder-saber dominante parece não deixar brechas, e o que resta é assujeitar-se.

Mas eis que nosso autor encontra uma reversão possível: aos que não quiserem ser governados de tal maneira poderão se opor a um poder-saber dominante por meio de outros jogos de verdade e de poder, e, portanto, de outras formas de subjetivação. Ao executar um novo deslocamento em seu percurso filosófico, se inaugura, nos anos 1980, o período intelectual conhecido como o dos “atos de verdade” ou a “fase ética”. A relação do sujeito com a verdade é posta de maneira mais frontal. A governamentalidade, enquanto direção racional das condutas supõe, por parte dos governados, um consentimento livre ou ainda, uma resistência a ser governado de determinadas formas e portanto a uma estruturação ética do sujeito.

Foucault nos conta, a seu modo, sua visão sobre sua própria obra. Por ocasião da criação do *Dictionnaire des Philosophes*, sob o pseudônimo Maurice Florence, o próprio Foucault redige seu verbete. Para o autor seu trabalho está inserido na tradição crítica kantiana, por compreender sua obra enquanto uma “história crítica do pensamento” (FOUCAULT, 2006, p. 234). Por ser o pensamento o ato no qual as possíveis relações entre sujeito e objeto se colocam, sua história crítica opera sobre as condições em que se formam ou se modificam, essas relações, no intuito de constituir um saber possível. Foucault procura pensar o que é o sujeito; submetido a quais condições, ocupando qual posição, enfim, seu modo de subjetivação, para se tornar sujeito legítimo de conhecimento. “Essa objetivação e essa subjetivação não são independentes uma da outra; do seu desenvolvimento mútuo e de sua ligação recíproca se originam o que se poderia chamar de ‘jogos de verdade’” (FOUCAULT, 2006, p. 235).

A questão não é pensar no “Ser” original, preestabelecido, que pode instituir uma consciência verdadeira ou construir um domínio de verdades eternamente fundadas, mas descrever historicamente os processos pelos quais os discursos de verdade transformam, alienam, informam os sujeitos, assim como os modos pelos quais as subjetividades se constituem e se elaboram. Ou seja, de que forma o sujeito vem a ser objeto de um conhecimento.

Foi buscando essa objetivação do sujeito com referência nas ciências empíricas que Foucault elaborou *As Palavras e as Coisas*, foi por meio dela também que indagou as práticas normativas (do doente, do delinquente, do louco) em *O Nascimento da Clínica*, em *Vigiar e Punir* e na *História da Loucura*. Na

questão da sexualidade encontrou um campo privilegiado que vem completar as análises sobre sujeito enquanto objeto nos jogos de verdade. Assim, em seus últimos livros pretende:

... sempre dentro do mesmo projeto geral, estudar a constituição do sujeito como objeto para ele próprio: a formação dos procedimentos pelos quais o sujeito é levado a se observar, se analisar, se decifrar e se reconhecer como campo de saber possível. Trata-se, em suma da história da ‘subjetividade’, se entendermos essa palavra como a maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo. (FOUCAULT, 2006, p. 236).

Foucault afirma que o fio condutor de seu trabalho é a investigação das relações entre sujeito e verdade e elabora seu método de análise: rejeição a todo e qualquer universal antropológico, a fim de questionar sobre as condições de possibilidade que dão a reconhecer um sujeito como delinquente ou que permitam que ele se reconheça como sujeito de desejo, por exemplo, dentro dos jogos de verdade. É preciso também inverter o processo filosófico que eleva o sujeito constituinte cognoscente, e descer até as práticas concretas que constituem o sujeito dentro de determinadas áreas de conhecimento.

Aquilo que se diz sobre o sujeito em cada campo de saber determinado é realizado por um jogo particular de verdade. Esses jogos abrem um campo de experiência em que sujeito e objeto se constituem, em parte, simultaneamente, mas modificam-se sem cessar e acabam por modificar o campo de experimentação. É aí que o método se volta para as práticas, para o que “se fazia”. Por ser a história das ciências o fundamento das verdades contemporâneas, procura-se ver o que está por baixo dessas verdades, quais processos permitiram que umas coisas, e não outras, fossem configuradas e visíveis. “São as práticas concebidas ao mesmo tempo como modo de agir e de pensar que dão a chave de inteligibilidade para a constituição correlativa do sujeito e do objeto” (FOUCAULT, 2006, p. 238).

A análise das relações de poder surge em decorrência disso. A questão sobre o poder não diz respeito a sua origem ou a sua legitimidade, o que Foucault procura são os procedimentos e técnicas, praticados em diversos contextos institucionais, que atuam sobre os indivíduos moldando suas maneiras de se conduzir. Os modos de objetivação do sujeito são determinados por formas

diversas e particulares de “governo”, pois além das práticas discursivas existem as não discursivas, e elas se entrelaçam. Foucault nunca desenvolveu uma “teoria do poder”, mas sim buscou em sua “filosofia analítica do poder” entender seu funcionamento. A análise sobre a sexualidade constitui um campo de experiência histórica particular no qual “o sujeito é objetivado para ele próprio e para os outros, através de certos procedimentos precisos de ‘governo’” (FOUCAULT, 2006, p. 239).

O interesse de Foucault ao descrever essas modalidades nas quais sujeito e verdade se relacionam tem uma perspectiva de liberação. A filosofia foucaultiana reivindica uma fidelidade à lição socrática: mais que fundar a verdade do verdadeiro, sua função é incomodar e desorganizar o regime das evidências.

Em todo o percurso de Foucault sobre a relação entre o sujeito e a verdade vemos correr paralelamente outra questão filosófica relevante: a alteridade. É o próprio Foucault quem direciona nossas ideias. Ao publicar *História da Loucura*, ele afirma fazer um pensamento do Outro. Anos mais tarde, em *As Palavras e as Coisas*, anuncia no prefácio ser esta obra uma crítica do Mesmo. A diferença da questão da alteridade nesses dois momentos é digna de nota: a alteridade específica do primeiro momento, sobre o louco, o doente, etc., é radicalizada no momento seguinte, configurando um pensamento crítico do Mesmo – e esse Mesmo seria o pensamento ocidental solidificado, a filosofia ocidental.

Em sua análise sobre o poder, Foucault estuda o poder disciplinar e o biopoder. Em lugar de uma análise histórica, realiza uma genealogia, um estudo histórico que não busca uma origem única e causal, mas que se baseia na investigação das multiplicidades e das lutas. A alteridade não é deixada de lado nesta análise.

Sobre o tema da alteridade na obra de Foucault, Salma Muchail observa que:

... quando os escritos se centram no Mesmo, descrevem a epistême, o círculo de uma época, o instituído, o sedimentado. Quando se voltam para o Outro, realçam o dispositivo, que tanto comporta a estratégia dominante quanto se abre a possibilidade do novo, da resistência, da mobilidade. (Muchail, 2005, p. 301).

Nosso intuito na presente dissertação é acompanhar o percurso de Foucault nos dois últimos volumes da *História da Sexualidade* a fim de “diagnosticar” os

traços de alteridade nessa obra. Por ser esse o último trabalho publicado pelo autor e, devido a sua morte, ter o caráter de inacabado, assinalado pelo “livro por vir”, vemos nisso sua relevância.

Assim, no capítulo dois, após uma introdução ao projeto da *História da Sexualidade*, analisaremos o *Uso dos Prazeres*. No terceiro capítulo examinaremos o *Cuidado de Si*. No capítulo quarto, acompanharemos a proposta de Francisco Ortega em seu livro *Amizade e Estética da Existência em Foucault* na qual defende que os últimos escritos de nosso autor apontam para uma “ética da amizade” onde o horizonte para a alteridade se abre. Nas considerações finais de nosso trabalho desenvolveremos o desenlace de nossas análises sobre a alteridade nas supracitadas obras. De uma forma sucinta, podemos antecipar que em sua busca pelos fundamentos da constituição de um sujeito moral, Foucault encontra o princípio do cuidado de si, que por um movimento ascético leva à elaboração de uma estética da existência. Esse trabalho do cuidado de si não pode ser dissociado de um cuidado com o outro. O outro se faz fundamental para o desenvolvimento dessa técnica de vida. A genealogia traçada por Foucault na ética antiga mostra a possibilidade de elaboração de uma ética contemporânea, fundamentada nas práticas de si, que escapa aos universalismos. Uma outra forma de vida que visa um outro mundo.

A filosofia só é uma ética à medida que ela se dá como pensamento da diferença ou ainda, o que dá no mesmo, como pensamento do comum, e, da mesma maneira, a extraordinária coerência do pensamento de Foucault só se dá no risco de si, ou seja, na coragem da problematização contínua de sua própria posição. ‘Acreditava afastar-se e se encontra na vertical de si’: a coragem e a dignidade do filósofo é essa verticalidade. (REVEL, 2004, p. 87).